



Anais da Assembléia

Nº 110

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, 23 DE SETEMBRO DE 1975

ANO I

LEI:

LEI Nº 06/75

DATA: 15 de Setembro de 1975.

SÚMULA: Declara de utilidade pública o Conselho de Representantes dos Professores do Paraná (CRPP), com sede na cidade de Ponta Grossa.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 28 § 4º da Constituição Estadual, a seguinte Lei:

Art. 1º — Fica declarado de Utilidade Pública o Conselho de Representantes dos Professores do Paraná — CRPP com sede na cidade de Ponta Grossa.

Art. 2º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 15 de setembro de 1975.

a) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO — Presidente

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA ATA DA 162ª SESSÃO (EXTRAORDINÁRIA) REALIZADA EM 23 DE SETEMBRO DE 1975 (Terça-Feira)

Presidência do Senhor Deputado Gabriel Sampaio, Secretariada pelos Senhores Dácio Leonel e Rosário Pitelli.

À Hora Regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Paulo Camargo, Gabriel Sampaio, Aguiinaldo Pereira Lima, Fidelcino Tolentino, Leopoldo Jacomel, Adalberto Daros, Alfredo Gulin, Antonio Facci, Aragão de Mattos Leão, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Deni Schwartz, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Gnoato, Ernesto Dal'Oglio, Ezequias Losso, Fabiano Braga Cortes, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Ivan Rüppel, Ivo Thomazoni, Jayme Rodrigues Carvalho, João Cioni Neto, José Domingos Scarpelini, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Carlos Zuk, Nelson Bufara, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Muggiati Filho, Quielse Crisóstomo, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer e Wilson Fortes. (47); achando-se ausentes os Senhores Deputados: Del Ciel, Maurício Fruet, Accioly Neto, Domício Scaramella, Jurandir Messias, Luiz Roberto Soares, Otássio Pereira (7).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA,

destinada a apreciação de vetos governamentais.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão extraordinária anterior, que é aprovada sem observações

O SR. PRESIDENTE — Não há expediente a ser lido.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 47 Srs. Deputados.

Em discussão a seguinte Proposição:

DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição nº 151/75, Veto aposto ao Projeto de Lei nº 204/69, de autoria do ex-Deputado Rober-

to Wypych, que autoriza o Poder Executivo adquirir por intermédio da Secretaria de Agricultura, 300 (trezentas unidades) de trator para operar em áreas agrícolas e com as características que especifica. Parecer da C.C.J., pela manutenção do Veto. — Encerrada a discussão. — Em votação. — **Rejeitado o Projeto e mantido o Veto.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, extraordinária, marcando outra para quarta-feira, dia 24, às 14,00 horas, com a seguinte,

ORDEM DO DIA:

DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição nº 152/75.

Levanta-se a Sessão.

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA ATA DA 163ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 23 DE SETEMBRO DE 1975

QUARTA - FEIRA

Presidência do Sr. Deputado Leopoldo Jacomel, secretariada pelos Srs. Deputados Lúcio Machado e Trajano Bastos.

À Hora Regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Paulo Camargo, Gabriel Sampaio, Aguiinaldo Pereira Lima, Fidelcino Tolentino, Leopoldo Jacomel, Adalberto Daros, Alfredo Gulin, Antonio Facci, Aragão de Mattos Leão, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Deni Schwartz, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Gnoato, Ernesto Dal'Oglio, Ezequias Losso, Fabiano Braga Cortes, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Ivan Rüppel, Ivo Thomazoni, Jayme Rodrigues Carvalho, João Cioni Neto, José Domingos Scarpelini, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Carlos Zuk, Nelson Bufara, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Muggiati Filho, Quielse Crisóstomo, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer e Wilson Fortes. (47). achando-se ausentes os Senhores Deputados: Del Ciel, Maurício Fruet, Accioly Neto, Domício Scaramella, Jurandir Messias, Luiz Roberto Soares, Otássio Pereira (7).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

REQUERIMENTOS:

- de autoria do Sr. Deputado Aguiinaldo Pereira Lima, solicitando regime de urgência para o Projeto de Lei nº 48/75.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer à Mesa seja consignado na ata dos trabalhos desta sessão, voto de profundo e sentido pesar pelo falecimento do Sr. Domingos Merezze, figura de alta respeitabilidade, ocorrido

no dia 19 do corrente, no município de APUCARANA.

Outrossim, requer mais, seja dado ciência da decisão à família enlutada.

Sala das Sessões, em 23 de setembro de 1975.

a) DOMINGOS SCARPELINI.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o plenário, requer a consignação na ata dos trabalhos desta sessão, voto de congratulações com "A Tribuna de Cianorte", pela comemoração do seu 10.^o aniversário de fundação.

Veículo de comunicação de grande prestígio na região A TRIBUNA nesse decênio de atividades, empreendeu campanhas memoráveis em benefício da coletividade do Vale do Ivaí.

Defensor das lícitas reivindicações populares, este jornal sempre ocupou posição de vanguarda nos momentos mais decisivos em que esteve em jogo o interesse público e a laboriosa população norte-paranaense, constituindo-se, por isso mesmo, um agente dinâmico do desenvolvimento da região.

Pelo excelente trabalho que vem prestando ao Paraná, e justo pois, a consignação desse evento nos Anais da Casa e que se testemunhe isso, à direção daquele valoroso jornal, na pessoa do jornalista Amandio Matias.

Sala das Sessões, em 23 de setembro de 1975.

a) HÉLIO MANFRINATO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais requer de V. Exa. que após ouvido o plenário, seja consignado em ata dos trabalhos de hoje, um voto de louvor ao General Luiz Gonzaga Pereira da Cunha, Comandante da 5.^a Brigada de Infantaria Blindada e recentemente nomeado para as altas funções de Sub Chefe do Estado Maior do Exército, pela sua brilhante atuação à frente daquela unidade militar, contribuindo para o clima de paz e segurança da Família Paranaense nos vários municípios abrangidos pela sua área de comando, promovendo verdadeira compreensão e integração entre os círculos civis e militares.

Requer igualmente, a transcrição nos Anais desta Casa, do artigo publicado pelo jornalista Thiago Gomes de Oliveira, no Jornal da Manhã, edição de 21 de setembro corrente, sobre a personalidade marcante do ilustre militar.

Sala das Sessões, em 23 de setembro de 1975.

a) DAVID FEDERMANN.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições que lhe são conferidos pelo Regimento Interno, requer, ouvido o plenário, se inscreva nos Anais desta Casa, o pronunciamento de S. Exa. Presidente da República, Gal Ernesto Geisel, dirigido aos convencionais da Arena e ao povo brasileiro, por ocasião do encerramento da Convenção Nacional do Partido, domingo último em Brasília, por tratar-se de um documento de elevado valor histórico e do mais alto interesse da classe política.

Sala das Sessões, em 23 de setembro de 1975.

a) IVO THOMAZONI.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o plenário, seja encaminhado

ao Exmo. Sr. Secretário de Segurança, ofício no sentido de que sejam tomadas as providências necessárias, para o reforço de policiamento, no município de Guaraniaçu.

A presente solicitação se faz necessária, devido aos últimos tumultos havidos naquele município.

Sala das Sessões, em 23 de setembro de 1975.

a) JAYME RODRIGUES CARVALHO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o plenário, seja encaminhado a S. Exa. o Sr. Governador do Estado, o seguinte pedido de informações:

Que esta Casa seja informada, através do órgão competente da Administração do Estado, no montante recebido pelo Estado do Paraná, durante o ano em curso, e nos anos anteriores, da verba proveniente da Loteria Esportiva.

Sala das Sessões, em 23 de setembro de 1975.

a) GABRIEL SAMPAIO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições parlamentares, requer, após ouvido o plenário desta Casa, seja enviado expediente ao Exmo. Sr. Secretário de Educação e Cultura, Dr. Francisco Borsari Neto e ao Exmo. Sr. Superintendente da Fundação Educacional do Paraná-FUNDEPAR, Dr. Guilherme Lacerda Braga Sobrinho, solicitando seja estudada a possibilidade da construção de dez (10) salas de aula na sede do município de Santa Helena.

JUSTIFICATIVA:)-

Em se analisando o aumento demográfico verificado e consequente aumento de crianças em idade escolar do município de Santa Helena, município brasileiro que mais cresceu demograficamente na última década, e a atual situação de salas de aula, sentimo-nos na obrigação de pleitear junto aos órgãos competentes a urgente necessidade de maior número de salas, para que não continue acontecendo a recusa de transferências e limitação de alunos no início do próximo ano letivo.

Em decorrência da real necessidade, já houve o socorro prestado pela Associação de Pais e Professores do Ginásio Estadual que com seus recursos construiu 3 salas, mas que de maneira alguma conseguiu sanar o problema pela grita sempre maior de vagas. E para que se tenha melhor noção da extensão do problema citamos alguns dados dos anos de 1969 a 1975, quando o aumento de alunos de 2940 para 9626 das primeiras quatro séries e, de 120 para 863 da quinta até oitava série.

Dado o acima exposto e ainda a doação de terreno feito pela Prefeitura Municipal em 1971 num total de 11.400m², esperamos aprovação dos nobres Pares com assento nesta Casa de Leis, e posterior interesse dos setores educacionais de nosso Estado.

Sala das Sessões, em 23 de setembro de 1975.

a) WERNER WANDERER.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições parlamentares, requer, após ouvido o plenário, seja encaminhado expediente ao Exmo. Sr. Secretário de Segurança Pública, General Alcindo Pereira Gonçalves, no sentido de que seja construído prédio para abrigar a Delegacia de Polícia do município de Santa Helena.

JUSTIFICATIVA:—

Com o intuito de obter para o município de Santa Helena um atendimento condizente no setor da segurança, que dado a sua posição geográfica de município de Faixa de Fronteira oferece facilidades para todo o tipo de marginais e consequente aumento de criminalidades, necessita urgentemente de prédio com condições físicas para o desenvolvimento de melhor trabalho por parte de seus encarregados da segurança.

O local que atualmente abriga a Delegacia de Polícia é um prédio de madeira de pequenas dimensões e em vias de ruir a qualquer momento, não dando as mínimas condições de atendimento e trabalho que se fazem necessários oferecer à população daquele progressista município do Oeste paranaense.

Sala das Sessões, em 23 de setembro de 1975.

a) WERNER WANDERER.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais requer, após a aprovação da Casa, o envio de ofício ao diretor do Instituto Brasileiro do Café (Regional do Paraná) solicitando ao mesmo, com a máxima urgência, informações sobre a existência ou não de dispositivos que obriguem a utilização de moto-serras nas operações de DECEPA dos cafeeiros atingidos pelas últimas geadas, para efeito de financiamentos bancários.

JUSTIFICATIVA:—

Ocorre, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que, de acordo com denúncias e queixas a este Deputado formuladas, um funcionário da agência do IBC, sediada na cidade de Loanda e responsável pela fiscalização do corte de cafeeiros está a exigir única e tão somente o uso de moto-serras nesta operação. Entendemos como absurda tal exigência, vez que condiciona o pequeno proprietário (área de até 10 alqueires) à aquisição de máquina de alto custo para uma tarefa temporária, configurando-se nesse caso, anti-praticidade e atentado à sofrida economia do nosso pequeno cafeicultor. Sabe-se ainda que a região do Noroeste, vítima maior dos flagelos da erosão vem sofrendo verdadeiro êxodo com a demanda decrescente populacional para áreas mais seguras e que ofereçam melhores condições para o plantio e a sobrevivência geral. Tolhe-se então pela prática de aproveitamento, mesmo temporário, da mão-de-obra volante.

Sala das Sessões, em 19 de setembro de 1975.

a) VALTER PIETRÂNGELO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, na forma regimental, requer após ouvido o plenário, seja enviado expediente ao Secretário de Educação e Cultura, solicitando as seguintes informações das Universidades de Londrina e Ponta Grossa.

- 1) Informar o orçamento financeiro do corrente exercício, bem como, a previsão para o próximo ano;
- 2) esclarecer a situação econômica-financeira das Instituições demonstrando fontes de receita, quadro das despesas deste e do próximo exercício;
- 3) informar o total das dívidas das Instituições, a curto, médio e longo prazos, esclarecendo as possibilidades de resgate nos devidos prazos.

Sala das Sessões, em 23 de setembro de 1975.

a) VALTER PIETRÂNGELO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer ouvido o plenário, que se oficie à Sua Exa., o Presidente Ernesto Geisel, formulando apelo no sentido de que determine ao Ministério da Educação e Cultura o imediato processamento das documentações para decretar a federalização das Universidades de Maringá, Londrina e Ponta Grossa, enfatizando a necessidade de se federalizar, com urgência e principalmente, a Universidade Estadual de Maringá que se encontra em inquestionável caos econômico-financeiro, a ponto de sofrer solicitação de continuidade.

Requer, outrossim que seja anexado ao apelo requerido, a justificativa anexa.

Sala das Sessões, em 23 de setembro de 1975.

a) VALTER PIETRÂNGELO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições e na forma regimental, requer, ouvida a Casa, seja oficiado ao Exmo. Sr. Secretário de Segurança Pública, no sentido de que determine a colocação de tartarugas nas ruas abaixo relacionadas e que cruzam com vias expressas e que pela falta do bloqueamento de velocidade antes de atingirem estas vias, tem ocorrido inúmeros acidentes acarretando prejuízos de ordem material e em alguns casos de natureza pessoal, isto quando não culminam com fatalidade.

Ao longo das vias rápidas, zona norte, nos seguintes cruzamentos:

DO BAIRRO PARA O CENTRO

- Rua Campos Salles com
- Rua Moisés Marcondes e
- Rua Mauá

DO CENTRO PARA O BAIRRO

- Rua Augusto Severo.

Outrossim, requer, que tais medidas sejam adotadas não só na zona norte da cidade, mas também nos cruzamentos com as vias rápidas da zona sul, naquelas ruas onde há maior fluxo de veículos, oferecendo por isso, alto índice de periculosidade acidental.

Sala das Sessões, em 23 de setembro de 1975.

a) ALFREDO GULIN.

JUSTIFICAÇÃO:—

As medidas requeridas, já foram adotadas nas ruas de maior fluência de veículos, a que cruzam com as expressas, na zona norte ou seja, em apenas algumas delas, isto, logo após apresentarmos neste plenário, pedido para que fosse oficiado ao Sr. Secretário de Segurança Pública, no sentido de que nos fornecesse informações estatísticas com relação ao número de acidentes ocorridos naquelas ruas e nestas que ora solicitamos seja adotada a mesma medida. O objetivo de tal pedido, era apresentarmos o presente.

Saliente-se que, após a colocação das tartarugas, o índice de acidentes reduziu sensivelmente, em alguns casos, chegando mesmo a serem eliminados.

Assim sendo, o que pleiteamos é que sejam tomadas as mesmas providências para as ruas acima mencionadas, tanto na zona norte, como na zona sul, pois a vida e a integridade física do homem deve ser protegida pelo Estado, através de seus órgãos competentes, a fim de que não se venha a dizer que houve negligência por parte das autoridades competentes, no que res-

peita a segurança do homem, pois temos ciência do interesse que estas demonstram pela vida e integridade física do homem, fim último e absoluto do Estado.

Desta forma, Srs. Parlamentares, esperamos que nos deem apoio neste objetivo de proteger nossos cidadãos, dos quais somos representantes, e por isso, solicitamos o seu voto favorável, aprovado, por conseguinte o presente requerimento.

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente.

Concedo a palavra para falar no Pequeno Expediente, ao Sr. Deputado David Federmann, primeiro orador inscrito.

O SR. DAVID FEDERMANN — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lendo): "Prazenteiramente, assumo à tribuna, por grato dever de amizade e admiração, em nome do povo de Ponta Grossa, para com seu ilustre amigo, o Gen. Luiz Gonzaga Pereira da Cunha, atual comandante da 5ª Brigada de Infantaria Blindada, sediada em minha cidade, e o qual vem de ser nomeado pelo Exmo. Sr. Presidente Ernesto Geisel para Sub-Chefe do Estado Maior do Exército Brasileiro. E o faço com a sincera satisfação de, modestamente, expressar não só os meus sentimentos pessoais como, principalmente, os da comunidade a que sirvo, bem como ou de suas lideranças políticas, sociais e culturais, pela personalidade marcante, simpática e comunicativa de Luiz Gonzaga Pereira da Cunha imagem singular de soldado e cidadão cuja conduta foi capaz de realizar, como realizou, durante os anos de suas duas estadas em plagas princesinas, verdadeira e constante integração entre os círculos civis e militares, por força dos mais puros ideais cívicos que aquele digno militar soube acalentar e cultivar ao seu redor.

Na época em que vive e progride o nosso País, Srs. Deputados, é, com efeito, de destacar-se semelhante atuação pública e privada, propicia aos objetivos construtivos da fraterna convivência, entre o povo e os homens responsáveis pelos nossos destinos.

Primeiramente, como coronel, no comando do glorioso Batalhão e Infantaria Blindada, unidade militar, que, com muitas tradições de disciplina e bravura, tem honrado o nosso povo; posteriormente, servindo com brilhantismo, como adido militar na França; e ultimamente, general de brigada, em comando da 5ª Brigada de Infantaria Blindada - o Gen. Luiz Gonzaga Pereira da Cunha sempre enriqueceu o caminho ascendente com trabalho dedicado, muito honrado os postos que vem ocupando, desde o início de sua invejável carreira de soldado. Na sua gestão à frente do 13º Batalhão de Infantaria, foram construídas confortáveis e belas residências, ao lado do velho quartel, na Av. Carlos Cavalcanti, em Uvaranas, destinadas aos militares daquela unidade do Exército. Por serviços prestados a Ponta Grossa, o seu nome figura num dos mais apreciados núcleos residenciais e populares, o Jardim Gen. Luiz Gonzaga Pereira da Cunha. O Centro Cultural Euclides da Cunha, entidade cultural máxima de Ponta Grossa, sempre teve no Gen. Luiz Gonzaga um euclidiano que muito prestigiou as suas lides intelectuais. E para traduzir, com espontânea atualidade, o pensamento da imprensa pontagrossense e de seu povo, sobre o Gen. Luiz Gonzaga, devo transcrever o tópico abaixo, do Jornal da Manhã, de Ponta Grossa, firmado pelo jornalista Ghiago Gomes de Oliveira:

O Gen. Luiz Gonzaga, militar austero e possuidor de grandes atributos culturais, morais e cívicos, sensível por vocação aos mais agudos e graves problemas nacionais, durante longo tempo, contribuiu, com a sua incansável energia, com o seu acendrado patriotismo, com a sua personalidade inconfundível e com seu trabalho eficiente, para o soerguimento da comunidade e a segurança da Família Paranaense, a fim de que os vários municípios beneficiados e abrangidos pela sua área de comando, pudessem desenvolver-se e prosperar, sob a égide da tranquilidade e da segurança.

Por seus reconhecidos méritos, como chefe militar, Srs.

Deputados, o Gen. Luiz Gonzaga Pereira da Cunha foi convidado, recentemente, para a alta investidura, que o levará a residir na Capital Federal. E o nosso regozijo por essa merecida distinção à sua pessoa é, ao mesmo tempo, arrefecido pela tristeza, ante a sua próxima partida. Em boa verdade, sabemos que, assim, vai ele prestar maiores serviços à nossa Pátria, embora faça falta, entre nós, privando-nos de sua convivência laboriosa e amiga. E aqui fica, por isso mesmo, não só nosso adeus, mas, também os nossos parabéns e os nossos votos de feliz gestão, no importante cargo que vai ocupar, certos, sem dúvida alguma, de que Ponta Grossa, continuará a contar, como sempre contou, com seu grande amigo, em qualquer parte em que esteja, unido sempre a nós pelo superior ideal comum de bem servir e muito amar o Brasil.

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Lúcio Machado, segundo orador inscrito.

O SR. LÚCIO MACHADO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ontem, quando dirigíamos desta tribuna, críticas ao Sr. Governador do Estado do Paraná, procurando solução de fatos, que correspondem aos 10 anos de administração do Paraná, o esmolamento de áreas inteiras e da própria sociedade, para atender necessidades de cultura neste Estado, fomos aviltantemente achincalhados pela representação do Governo, aqui mesmo desta tribuna. Porém, após este achincalhamento, recebemos até a nobre propositura de que, podíamos dispor de um dos representantes da ARENA, para irmos até à Fundepar, para irmos à Secretaria de Educação e Cultura, e lá encontrarmos a resolução do ginásio de Monte Real, distrito do município de Santo Antonio da Platina.

Entendemos entretanto, que a função do parlamentar não é a função de estafeta, não é a função de estar indo à Secretaria ou esmolar favores que na realidade são obrigações do Governo.

Nós estamos aqui, hoje, com um expediente que dirigiremos em forma de sugestão ao Sr. Governador do Estado, pedindo a construção de 4 salas de aula ao ginásio de Monte Real, distrito de Santo Antonio da Platina, a fim de que o ginásio daquela localidade não cerre as portas.

Os acontecimentos por nós denunciados, sobre o fato de falta de amparo à cultura, neste Estado, não é fato de hoje, há 10 anos pelo menos, que isto vem acontecendo - é a sociedade, esmolando por manter em pé o ensino, pelo menos no interior.

O nosso requerimento, Sr. Presidente, está vazado nos seguintes termos. (Lê):

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de seus direitos que lhe são conferidos por Lei, e tendo em vista, necessidade premente de que se construa 4 salas de aulas, anexo ao Ginásio Estadual de Monte Real, a fim de que, a partir do ano letivo de 1976, não venha aquele estabelecimento de ensino, sofrer fatos de descontinuidade, e tendo em vista ainda, apelo do SENHOR PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DE MONTE REAL (fotocópia anexa), REQUER: - seja, após ouvido o plenário, enviado ao EXCELENTÍSSIMO SENHOR GOVERNADOR DO ESTADO, o seguinte Projeto para resolução do problema:

Art. 1º — Fica o Poder Executivo autorizado pelo presente Projeto de Lei, a construir anexo ao prédio que funciona o Ginásio de Monte Real, mais 4 salas de aulas no presente exercício.

Art. 2º — A despesa decorrente com a execução do que determina o Art. 1º da presente Lei, correrão por conta do dotação orçamentária correspondente.

Art. 3º — O presente Projeto de Lei, entrará em vigor na

data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 23 de setembro de 1975.

a) LÚCIO MACHADO.

Justificativa:

Sr. Presidente, Srs. Deputados, denunciei desta tribuna fatos relacionados à ameaça de fechamento do Ginásio de Monte Real, distrito de Santo Antonio da Platina. Na oportunidade, preocupado com a situação administrativa do Governo, visto o desespero do povo daquela localidade, inclusive movimentando-se através de listas, leilões e outros meios para angariar recursos "conforme documentos anexos" me proponho a apresentar hoje o presente Projeto de sugestão ao EXCELENTÍSSIMO SENHOR GOVERNADOR DO ESTADO, a fim de que SUA EXCELENCIA providencie o atendimento do reclamo daquela valorosa gente através do Departamento competente, fazendo construir naquela localidade as 4 salas de aulas anexas ao prédio que funciona o Ginásio de Monte Real".

— (Sem revisão do orador).

OSR. PRESIDENTE — Concedo a palavra, ao Grande Expediente, ao Sr. Deputado Nilso Sguarezi. (Ausente).

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Jayme Rodrigues Carvalho.

O SR. JAYME RODRIGUES CARVALHO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A nossa presença na tribuna, nesta tarde, é para encaminharmos requerimento a S. Exa. o Sr. Secretário de Segurança Pública do Estado do Paraná, no sentido de que ele atenda a S. Exa. o Delegado de Polícia de Guaraniaçu.

Estivemos, Sr. Presidente, a semana próxima passada naquela localidade. Não fazendo uma visita política, mas uma visita profissional. Naquela ocasião, atendendo o nosso problema profissional, recebemos do Sr. Delegado daquela localidade, o pedido de que nós fizéssemos desta Casa do Povo um pedido veemente ao Sr. Secretário de Segurança, para que atenda aquela localidade.

Tem havido, Sr. Presidente, Srs. Deputados, e foi esse o motivo da nossa ida à localidade, sérios tumultos nos últimos dias naquele município, qual seja de invasão daquele município por pistoleiros, de tiroteios que chegou a colocar fim na vida de um dos fazendeiros daquela localidade.

Após isto, a queima de ranchos, Sr. Presidente, incontável, pelo Delegado de Polícia. Este Delegado, conta com dois ou três policiais na ajuda ao combate àqueles que não desejam e não querem a paz social daquele município.

Deixamos aqui, Sr. Presidente, e iremos encaminhar à Mesa requerimento que deverá ser dirigido ao Sr. Secretário de Segurança Pública, para que atenda o pedido já formulado pessoalmente pelo Sr. Delegado de Polícia naquela localidade.

Ocupamos também, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a tribuna para fazermos mais um comentário sobre o ditador da cidade de Janiópolis.

Estamos vivendo Sr. Presidente, Srs. Deputados, nestes últimos dias, dias verdadeiramente de ironia. Há dias atrás se elegia Presidente da Arena ao Diretório Regional, o Sr. Afonso Camargo, ex-Presidente do Banco do Estado do Paraná, eleito não fez uma campanha, mas sim, uma imposição para que os gerentes das diversas agências do Banestado, se filiassem à Arena.

Não ficou na imposição só aos gerentes, foi além, impondo que os funcionários deste Banco também se filiassem à Arena.

Vejo, Sr. Presidente, Srs. Deputados, depois de tantas perseguições, há vidas neste Estado e neste País, durante esses 11 anos contra o MDB, partido que, segundo a vontade do Governo, tem que ser decepado, espezinhado, massacrado pela vontade daqueles que detém o poder em suas mãos. Recebemos, Sr. Presidente, da cidade de Janiópolis, e vejam os Srs. a disparidade e vejam e pasmem com esta ironia, porque passamos nós

últimos dias de tantas perseguições e perseguições de toda a natureza. Perseguições, Sr. Presidente, que nós não haveremos de nós amedrontar, mas, que nós farão mais firmes na fileira e na trincheira de luta. (Lendo):

"Janiópolis, 26 de agosto de 75

Exmo. Sr. Deputado.

Sei que é dever precípua de todo homem político, acima de tudo humano e justo, lutar com altivez e tenacidade, em defesa do povo patriota, de suas reivindicações e anseios, sem nenhuma pretensão política ou partidária.

E é por essa razão tão forte e tão justa, que me permite a liberdade de escrever a V. Exa., comunicando-lhe a ocorrência de desagradáveis fatos em nossa Janiópolis, e que se pode chamar de verdadeira prevenção política partidária.

É inédito, absurdo e lastimável e está acontecendo, mas é pura e inevitável verdade. Os Srs. Luiz Sastre, Antonio Marcelino, Antonio da Silva Sobrinho e Ernesto Dameu Moreira, funcionários do Banco Bamerindus do Brasil SA., Ag. Janiópolis, acham-se seriamente ameaçados de desemprego por pressão política partidária do Sr. Prefeito Alfeu Teodoro de Oliveira ao gerente da referida agência bancária, simplesmente porque tais funcionários, como cidadãos brasileiros, livres e no pleno gozo de seus direitos civis e políticos que são, decidiram filiar-se ao MDB.

Isso, ao meu ver, e creio que ao ver de qualquer cidadão verdadeiramente brasileiro e democrata, não passa senão de um abusivo e pretencioso desconhecimento às leis brasileiras e principalmente aos princípios democráticos que são sem dúvida nato de brasileiro, como se este não mais tivesse o sagrado direito político, e acima de tudo, a desigualdade e de liberdade em seguir seus próprios ideais.

Reconheço que V. Exa. está constantemente empenhado em lutas importantes, ligado de corpo e alma, aos problemas de interesse nacional. Porém a maior, a mais bela, mais importante e mais digna das lutas é aquela que se imbuí de verdadeiro espírito de justiça, de direito de igualdade e de liberdade que tenho convicção, faz parte do legendário cotidiano das lides a que V. Exa. certamente se propõe em defesa das causas populares.

Eis porque não poderia emitir, diante da tamanha injustiça política e partidária, de formular-lhe um apelo para a verdadeira e autêntica justiça no caso desses rapazes.

Confio no seu espírito de luta e de homem justo, certo de que V. Exa. como legítimo advogado do povo brasileiro na Câmara Estadual do Paraná, não permitirá que tal injustiça política partidária se conceba impune, deteriorando assim o conceito de justiça e de segurança social que tanto se tem pregado ao povo brasileiro.

Pois o que reivindico, em nome de todos os correligionários nossos, não se reveste da menor intenção de preservar partidos políticos nem de fazer política demagógica, mas, sobretudo, de defender um direito político, acima de tudo, de igualdade e de liberdade que assiste a todo cidadão brasileiro, segundo a Constituição do Brasil.

Certo de que V. Exa. aceitará com orgulho e solicitude mais essa tão justa quanto nobre incumbência em defesa do direito do cidadão brasileiro, permita-me antecipar-lhe meus protestos de elevada estima e consideração.

a) Aristeu Araújo'.

Fica aqui, Sr. Presidente, gravado nos Anais desta Casa, mais um repúdio deste Deputado às atitudes arbitrárias, de ditador, daquele Prefeito que parece, ou que quer se tornar, dono do mundo.

Atitudes verdadeiramente vergonhosas, inadmissíveis. Porque, se concebe essa inadmissibilidade de forçar funcionários de bancos oficiais a se filiarem à ARENA, mas que respeite-se o cidadão que trabalha num banco que não é oficial.

Que se tome conhecimento, Sr. Presidente, Srs. Deputados,

que não estamos nem de ouvidos nem de olhos fechados, para estarmos atentos para repudiar e denunciar atitudes como essas, de prefeitos, de homens da ARENA, que querem nos massacrar, a toque de caixa. Coisa que não aceitaremos.

Estaremos nesta tribuna para fazer qualquer e toda denúncia que se fizer necessária.

São estas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, as nossas palavras, e encaminhamos à Mesa para que fique arquivada, como prova de nossa denúncia, de nosso repúdio, a carta recebida, para que amanhã ou depois, ninguém alegue que se deixou de denunciar atos arbitrários de quem detém o mando político neste Estado.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Lázaro Dumont. — (Ausente).

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Lúcio Machado. — (Declina).

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Valter Pietrângelo, inscrito.

O SR. VALTER PIETRÂNGELO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O problema que nos traz à tribuna desta Casa é realmente constrangedor, principalmente em relação à família maringaense principalmente relacionado com Maringá e sua extensa região de influência, polarizada por nossa Cidade.

(Lendo): "Portanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, constrange-nos ver fundamentados nossos receios.

Entristecem-nos fatos que hoje sucedem e, por nós previstos e denunciados em pronunciamentos anteriores, ultimam por denegrir a imagem do Ensino Superior do Paraná, notadamente os relacionados com a Universidade Estadual de Maringá.

É de conhecimento geral pelo amplo noticiário veiculado pela imprensa, a renúncia ao cargo de Reitor daquela instituição, solicitada pelo ilustre Professor Rodolfo Purpur.

Onze meses frente à direção da UEM foram suficientes para que Purpur se conscientizasse da impossibilidade de oferecer solução aos atrozes problemas de ordem financeira, pairantes sobre a Universidade que geria.

Debalde foram suas lutas. Vã foi sua força.

Terminou ele por capitular ante o asoberbado acúmulo de responsabilidade financeiras, causa primeira originária do estado crítico e precário do funcionamento da UEM.

E nesse diminuto espaço de tempo portou-se o Professor Purpur como VERDADEIRO PALADINO não se deixando atemorizar ante as dificuldades por ele galhardamente enfrentadas, quicá herdadas da administração pretérita, confiando sim, em acenos governamentais que lhe garantiam respaldo, em promessas que lhe afirmavam apoio e que o incentivassem na luta contras as cifras, estas verdadeiros moínhos de vento, imbatíveis por heróico Dom Quixote cavalcando reles pangaré e nas mãos, frágil espada de pau.

E o martírio foi consumado. Jaz no altar do sacrifício a vítima da indiferença governamental.

Cabe aqui nosso protesto veemente e nosso repúdio à passiva e por isso negativa e nefasta ingerência dos homens públicos que alçados às posições do mando, olvidam as sagradas obrigações contraídas ante a comunidade ou as minimizam, ocasionando tais como a que ora deparamos surpresos, estupefatos e indignados.

Cabe aqui nosso manifesto de solidariedade à magna e altruística personalidade do Magnífico Reitor renunciante que ao lado do Douto Corpo Docente da UEM, do seletos e aplicado Corpo Discente da UEM, sofre as agruras do abandono por parte dos nossos governantes.

Quando recentemente ocupamos a tribuna e dela erguemos nossa voz denunciando a situação reinante, fizemo-lo não sem conhecimento das incógnitas dominantes, da paupérrima

situação da Universidade Estadual de Maringá e, lembrem-se os Srs. Deputados que nos ouviram que, naquela ocasião, estendemos nossa preocupação aos estabelecimentos congêneres sediados nas cidades de Londrina e Ponta Grossa.

Pesarosamente assistimos hoje a materialização de nossas suspeitas e, novamente reiterando nossos termos rogamos ao Criador que nossas apreensões se volatilizem.

Sugerimos e reivindicamos a injeção de recursos financeiros federais no ensino universitário.

Enfatizamos a necessidade de se cobrar do Ministro Ney Braga, paranaense como nós, que aqui nascemos e vivemos, paranaense como todos que amam o Paraná, uma posição realmente objetiva e salvadora diante dessa quase caótica situação.

ENCARECEMOS A PRELENTE NECESSIDADE DA FEDERALIZAÇÃO das Universidades Estaduais de Maringá, Londrina e Ponta Grossa, como FÓRMULA ÚNICA E VIÁVEL de condigna sobrevivência dessas instituições.

Somos justos em nossa verberação quando isentamos parcialmente de culpa o Governador Jayme Canet Junior, reputado como vítima também desse descabro administrativo, herdeiro também de troncos enraizados nun pantanal. Se assim nos expressamos fugindo das diretrizes oposicionistas, agimos atendendo à voz imperativa de nossa consciência.

Canet pode assumir a postura de Pilatos e "lavar as mãos" enquanto as contas negativas da EM crucificam Purpur, mas o paranaense que hoje despacha na Esplanada dos Ministérios, agora com seu dantes decantado tirocínio administrativo colocado em dúvida, talvez não consiga dormir o sono dos justos, isso enquanto não EMPUNHAR UMA CANETA e atender os apelos de milhares de universitários, de centenas de professores, dos nosso Magníficos Reitores, da nossa representação no Congresso Nacional e de todos os que nesta Casa pleiteiam o que por todos e reivindicando com ardor e justiça — FEDERALIZAÇÃO DAS UNIVERSIDADES DO INTERIOR DO PARANÁ, NOTADAMENTE A DE MARINGÁ.

Recorda..." —

O SR. IVO THOMAZONI — V. Exa. permite um aparte?

O SR. VALTER PIETRÂNGELO — Concederei o aparte ao eminente líder situacionista dentro de alguns instantes.

O SR. IVO THOMAZONI — Muito obrigado.

O SR. VALTER PIETRÂNGELO — "Recorda o Senhor Presidente e recordam os Srs. Deputados que em nosso requerimento levado à Mesa e devidamente acolhido por esse egrégio plenário na sessão do dia 11 de junho, formulávamos ao Reitor que renuncia, indagações as quais uma por uma evidenciavam nossa preocupação perante o posicionamento financeiro da Universidade Estadual de Maringá.

Naquela data solicitávamos à Presidência desta Casa, o envio de pedido de informações à Reitoria da Universidade maringaense enumerando os seguintes quesitos:

1º — Se aquela autoridade (O Reitor Rodolfo Purpur) havia determinado a instalação de inquérito administrativo ou havia autorizado outras medidas no sentido de se apurar possíveis irregularidades cometidas pelo Ex-Reitor da Universidade de Maringá? — Se positivo, informar os resultados;

2º — Informar sobre a situação econômico-financeira da Universidade Estadual de Maringá, fonte de receita, dívidas a curto, médio e longo prazos;

3º — Com referência ao passivo da Universidade Estadual de Maringá, esclarecer o que se tem feito para estabelecer o equilíbrio financeiro;

4º — Informar o total de amortizações já efetuadas na atual gestão e, esclarecer as possibilidades existentes para a liquidação das dívidas existentes, se houverem.

Infelizmente, até a presente data esta Casa ainda não foi honrada com as informações solicitadas para que melhor e mais

acertado juízo se formasse a respeito.

E para justificar nossa proposição, Srs. Deputados, grifávamos e sublinhávamos a carência de se conhecer o real "status" financeiro da Universidade Estadual de Maringá, ao qual aderecíamos informes estatísticos da representatividade geo-econômica da vasta região polarizada por Maringá, com o objetivo de demonstrarmos ao Ministro Ney Braga, a fundamental e vital necessidade da federalização da Universidade de Maringá, medida que, se levada a efeito, além de corajosa representaria quase que uma liquidez de compromisso moral do Sr. Ministro da Educação, para com o Estado que o projetou politicamente, elevando-o aos altos escalões do Governo Federal.

Paralelamente ficou patenteada então nossa temeridade, mas o que menos recebíamos fatalmente registrou-se.

O tempo corre e se urge providências palpáveis e sintéticas de solidez, e para equacionamento imediato. Entretanto, o que se assiste é curta-metragem de desinformações, com declarações à imprensa, que pela inocuidade, pelo vazio, pela ausência de norte, de ancoradouro a nada conduzem, e como cruel consequência eis que se encontra a jangada, em mar tempestuoso, sujeita às borrascas e à beira do naufrágio, a Universidade.

Não podem parar estáticas ao som de tramitações políticas, as universidades carecem de estribamento financeiro, de suportes econômicos, para o cumprimento de sua missão; as universidades precisam de dinheiro, para melhor equipararem-se materialmente; precisam de dinheiro, para a dignificação e a humanização do padrão de vida do mestre que a elas se dedicam. Já o Ministério Superior se consagra, se levanta, se entrega. E por nós todos conhecido, o texto recente pronunciado na Câmara Federal, pelo Deputado Norton Macedo, ressaltando o alheamento em que se encontra o Paraná no tocante às obrigações do DNER, para com o nosso Estado, no setor de rodovias. Frisou aquele parlamentar que, ao longo de 4 anos fomos obsequiados com apenas 42 km de estradas pavimentadas pelo Governo Federal.

Recentemente perdemos o direito de aqui se implantar o 3º Polo Petroquímico; nossos anseios em sediarmos o Escritório da Rede Ferroviária Federal S.A.; e quase perdemos o acervo museológico deste mesmo Instituto, para outro Estado da Federação - inépcia, incompetência, falta de tato, de prestígio, de espírito paranaense e de vontade de reivindicatória de nossos políticos, içados aos altos quadros de representatividades da Nação. Sei lá. O que se deduz, Sr. Presidente, Srs. Deputados, face ao solapamento daquilo que nos é devido por direito adquirido, daquilo que é devido ao nosso Estado.

Pelo seu destacado lugar no quadro de produtividade do nosso País, o Paraná, Sr. Presidente, Srs. Deputados, vem notabilizando-se ultimamente como frequente hospedeiro de Ministros. Estes, dirigem-se sempre às classes produtoras conclamando à elevação de nossas safras, de nossa produção. E os paranaenses pasmam-se ante a leveza de suas bagagens que, abertas, ou vazias se encontram ou espargem entre nós ridículas migalhas, esquecendo-se do respeito devido à LEI DA COMPENSAÇÃO.

Junto à S. Exa., um Ministro da Educação, de berço e vida política paranaense.

Calado, sem ousar pedir, muito menos exigir.

Permanece à sombra da amizade pessoal da qual desfruta junto ao Presidente da República. Sem nada pedir ao amigo que, temos cer teza, como amigo que é, nada a ele negaria.

Se criticamos o Ministro Paulinelli pela sua atuação em favor do Estado de Minas Gerais, escondemos nossa insatisfação por não ser ele paranaense. Louve-se seu espírito bairrista, seu devotamento às causas do Estado das Alterosas.

E para o Paraná, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o que justificou até a data presente o chamamento de Ney Braga ao primeiro escalão do Poder Executivo?

Ressalte-se que sua atuação política não vem sendo por todos louvada. Sua atuação administrativa ainda não se fez sentir

de forma maciça. A indicação do nome de seu genro à Reitoria da Universidade Estadual de Londrina pode ser considerada como negativa, pelo que se ascolta junto à imprensa e à opinião pública com as quais vem continuamente se indispondo. Também sua atuação por ocasião da eleição do então presidente da agremiação governista e que culminou com o rompimento de ilustres parlamentares com o Governo do Estado e para prejuízo deste mesmo Governo. Dois senadores, dois colegas nossos nessa Assembleia Legislativa, alijados do direito de livre escolha, estranhando a submissão geral, viajam hoje por trilhas diversas às delineadas pelo líder decadente.

De S. Exa., o Sr. Ministro da Educação aguardamos uma revisão em relação de sua missão para com o Paraná. Aguardamos que ele arme-se de iniciativas pleiteativas e que TRABALHE PELO MENOS REIVINDIQUE PELO PARANÁ, LUTE PELO PARANÁ.

Insistimos em bradar e alertar o Governo Estadual e fazemos atentar para o que atento deve estar.

Se um doente está prestes a sucumbir é porque é maligna a enfermidade. Se é contagiosa a doença, carece-se, então, de rápido e eficaz tratamento para que o mal não se propague, atingindo ainda, quem mesmo cambaleando, de pé está.

Sabe o Governador Jayme Canet que terá ele de investir já a partir do próximo ano, mais de 20 milhões de cruzeiros mensais no sustento de nosso Ensino Superior. Lembra o Governador Canet de que seu colega mineiro lhe segredou em sua última visita ao Paraná, revelando-lhes que em seu Estado não existe sequer uma única Universidade que não esteja federalizada.

Conhece o Governador Canet a situação não só da Universidade de Maringá, assim também as da de Londrina e Ponta Grossa.

Reavisamos o Governador do Estado, de que claudicantes encontram-se as Universidades Estaduais de Maringá, Londrina e Ponta Grossa. Tempo existe para a aplicação de medicamentos imprescindíveis à total recuperação e chama-se FEDERALIZAÇÃO o remédio que salvará nossos doentes.

Chama-se Ney Braga o médico que poderá aplicá-lo e se não o aplicou ainda é porque anseia que o doente sucumba, que o mal se espalhe. Ao encerrarmos nossa fala, fazemo-lo com dúvidas:

Continuará surdo aos apelos de toda Maringá, de toda região polarizada econômica, produtiva e culturalmente por Maringá e que compreente uma população estimada em 2.500.000 habitantes, o nosso Ministro de Educação? Continuará cego diante dos fatos lastimáveis que já são de domínio público, o nosso Ministro de Educação? Continuará ele impassivo diante dos apelos que lhe são formulados pelos legítimos representantes da classe política, empresarial e social de Maringá?

Continuará ele desatento e indiferente aos reclamos de nossos Universitários?

Justifique Ministro Ney Braga, justifique vossa presença num dos principais ministérios da Pátria.

Justifique a confiança que lhe foi depositada pelo Exmo. Sr. Presidente da República.

Nós endereçamos à mesa, Sr. Presidente, para a consideração do plenário, requerimento dirigido ao Sr. Presidente da República, no sentido de que determine ao Ministério de Educação e Cultura imediato processamento das documentações necessárias visando a federalização das Universidades de Maringá, Ponta Grossa, Londrina, a curto prazo. E o que nós pretendemos neste apelo, ao Sr. Presidente Ernesto Geisel, é a solidariedade dos companheiros desta Casa. Bem como, formulamos ao Sr. Secretário de Educação e Cultura, Borsari Neto, um pedido de informações para termos conhecimento também, da situação econômico-financeira das Universidades Londrina-Ponta Grossa.

Entendemos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que para a federalização da Universidade de Maringá é antes necessário o reconhecimento daquela Instituição que ainda não ocorreu. E de

quem é a culpa? Se hoje a Universidade Federal já ultrapassou os quatro mil alunos. Bem como, gostaria de sugerir desta tribuna, uma CPI que comece a investigar os assuntos relacionados com a Educação do Paraná, para que inclua na pauta, do setor universitário, para que as verdades sejam determinadas, para que os caminhos corretos seja perseguido, nesta luta que é do Paraná inteiro, de solucionarmos definitivamente o problema do Ensino Superior em nosso Estado.

Para tanto, conto com a boa vontade e dinamicidade, principalmente, do nobre Deputado Jorge Sato...

O SR. IVO THOMAZONI — V. Exa. permite um aparte?

(Assentimento).

Devo confessar que o discurso de V. Exa. prendeu a minha atenção. Nos discursos que a Oposição tem pronunciado, nesta Casa, o de V. Exa. deve se juntar aqueles mais sérios já feitos, e merecedor da nossa atenção. E também devo dizer que V. Exa. despertou a nossa preocupação.

Mas, inicialmente, devo informar a V. Exa. que a tese defendida por V. Exa., da federalização da Universidade Estadual de Maringá e também de Londrina e Ponta Grossa, é a tese defendida pela ARENA, pelo Governo do Estado, que sugestiona, há algum tempo, junto ao Sr. Ministro da Educação no sentido de sensibilizá-lo para o atendimento desta justa reivindicação das regiões atendidas pelas Universidades Estaduais.

Devo, eminente Deputado, dizer que todos reconhecemos na figura do Dr. Rodolfo Purpur, um homem de capacidade extraordinária, capaz. O Magnífico Reitor demissionário é reconhecido pelos homens do Governo pela sua capacidade de trabalho, terá que analisar, por certo, um apelo pessoal do Sr. Governador do Estado, para que desista de sua intenção e permaneça à frente da Reitoria daquela Universidade.

Confesso a V. Exa. que o ensino superior está demasiadamente caro. Portanto, muitas vezes, o Tesouro do Estado não suporta gastos da ordem de 40 milhões de cruzeiros, só para manutenção, por exemplo, da Universidade Estadual de Maringá.

Mas devo informar a V. Exa. que antes da renúncia do Magnífico Reitor Rodolfo Purpur, o Estado liberou importância superior a 11 milhões de cruzeiros, para despesas de pessoal; e 3 milhões de cruzeiros para outras despesas. E existe uma previsão de 15 milhões de cruzeiros, devidamente processada, para ser liberada dentro da disponibilidade do Tesouro.

Devo, eminente Deputado, significar que o afastamento do Magnífico Reitor Rodolfo, nesta hora, foi danoso para o ensino superior do Paraná. Porque, tenho conhecimento que, ainda neste mês, deverá aportar em Maringá a Comissão do Ministério de Educação e Cultura encarregada de verificação, para ultimar o processo de reconhecimento daquela Universidade, porque é essa Universidade ainda carente de reconhecimento.

E isto nos assusta um pouco, porque a renúncia veio no momento mais impróprio. Veio no instante em que estávamos aguardando essa Comissão de Verificação, no instante também que mais se acentuavam as gestões do Governo do Estado, através do Secretário Borsari Neto, no sentido de sensibilizar o Ministro Ney Braga, para a necessidade dessa federalização.

Mas, fica, eminente Deputado, a certeza de que nós, da ARENA, com o respaldo do Governador do Estado, estamos com V. Exa. quando V. Exa. defende a tese da necessidade urgente da federalização das três Universidades estaduais do Paraná.

Estamos aguardando que o Orçamento da União possa dispor de verba para arcar com mais essa responsabilidade e saibamos justificar perante os representantes dos demais estados no Congresso Nacional, que a medida adotada no Paraná seja efetiva e que não se conferiu tão somente pelo argumento preconizado originariamente aqui, que pretende agradar seus eleitores, mas que significou, acima de tudo, atendimento para a solução de um problema angustiante.

Obrigado e desculpe pelo tempo que tomei do seu brilhante discurso.

O SR. VALTER PIETRANGELO — Sou muito grato pela participação de V. Exa. no modesto pronunciamento que fizemos. Só não entendo a razão de tentarmos sensibilizar o Ministro Ney Braga. Ele, efetivamente, deve estar já bastante sensibilizado, faltando um pouco mais de ousadia para tomar uma medida de tanta amplitude que será definitiva na salvação do ensino superior paranaense.

O SR. ARAGÃO DE MATTOS LEÃO — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento)

Nobre Deputado, o seu pronunciamento desta tarde, pela importância que tem, deveria alcançar uma repercussão não só em todo o Estado do Paraná, mas em todo o território nacional. Especialmente no Estado do Paraná, nobre Deputado, nós estranhemos de fato que o ensino superior venha sofrendo tanto desgaste e não venha tendo a atenção que merece da parte do Sr. Ministro da Educação, deixando este Estado atrás de tantos outros estados da Federação brasileira, que já estão à nossa frente.

O que realmente achamos absurdo, com todo respeito que devemos ao nobre Deputado Líder da ARENA, e a necessidade de sensibilizar o Ministro paranaense, sensibilizar o homem que teve toda sua vida política no Estado do Paraná e que conhece tão bem as necessidades deste Estado, talvez mais do que qualquer outro paranaense e, ainda assim, tem a necessidade de ser sensibilizado.

Como é que não houve necessidade de sensibilizar ninguém para que os grupos que são ligados a essa parte da política do Paraná, para que enchesse esse Estado de cargos, nos quais figuram parentes, sócios e amigos íntimos.

É por isso que nós concordamos plenamente com V. Exa., quando chama a atenção do povo paranaense para a realidade em que se encontra o nosso Estado, para a realidade de vermos o Estado, não só no setor educacional, desprestigiado quase que totalmente.

S. Exa. o Sr. Presidente da República Ernesto Geisel, talvez tenha sido o homem que mais prestigiou o Paraná no início do seu governo, dando vários cargos na esfera federal para os homens do Paraná. No entanto, o nosso Estado não está alcançando o objetivo que poderia alcançar, contando com tantos paranaenses na esfera nacional.

Causou-nos também espécie isso, Sr. Deputado, e é por isso mesmo que damos nossos mais efusivos cumprimentos a V. Exa., pela coragem de apresentar aqui um pronunciamento de conscientização da verdade no Estado do Paraná. Muito obrigado, nobre Deputado.

O SR. VALTER PIETRANGELO — Agradeço a solidariedade do Deputado Aragão de Mattos Leão.

O SR. JOSE DOMINGOS SCARPELINI — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Gostaria, nobre Deputado Valter Pietrângelo, de, neste momento, desta tribuna, pedir a V. Exa. para que faça um apelo, também, aos Senadores do Paraná, a esses homens que ocupam cargos na esfera federal para que transmitam ao Senado da República, às altas autoridades deste país o estado de abandono em que se encontra o ensino universitário do Estado.

Criticar apenas na Assembléia Legislativa do Estado em momentos oportunos politicamente, não satisfazem as necessidades do estudante universitário do Estado.

Parece-me que não houve ainda um trabalho dos Senadores, das representações do Paraná, em prol do estudante universitário deste Estado.

Este o aparte que faço ao Deputado e agradeço.

O SR. VALTER PIETRANGELO — Agradeço a interferência do Deputado Scarpelini e gostaria de lembrar aos Srs. Deputados que num dos tópicos de nosso pronunciamento, cobramos de maneira incisiva e decisiva a participação de todos os nossos paranaenses que estão em Brasília exercendo altos cargos na administração nacional.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Acompanhei atentamente o brilhante pronunciamento de V. Exa. nesta tarde como fiel defensor da cidade e dos interesses da zona de Maringá.

Gostaria, entretanto, que V. Exa. me permitisse que fizesse um breve retrospecto do ensino superior do Estado do Paraná.

As três Universidades do Estado foram criadas em 1968, quando então Governador o Dr. Paulo Pimentel, através de mensagem de lei enviada a esta Casa.

O Estado do Paraná, invocou, mais uma vez, no setor de educação. V. Exa. não desconhece, por certo, que o Estado do Paraná possui a maior rede de ensino superior do Brasil, em caráter estadual, após São Paulo. Temos três Universidades criadas e mantidas pelo Governo do Estado, com recursos da comunidade e com recursos das Prefeituras Municipais. As Universidades criadas inclusive significaram um passo à frente no setor do ensino superior do Estado, em relação a própria lei da reforma do ensino 5692 estatuida pelo Governo Federal em 1970, enquanto que as Universidades do Paraná foram criadas em 1968.

Portanto, é preciso que se diga que o Paraná mantém uma excelente rede de ensino superior, comparativamente aos demais Estados da Federação.

A par disso hoje, temos uma consciência generalizada no Paraná da necessidade da federalização de nossas escolas.

Veja-se, por exemplo, o caso do R. Grande do Sul que, também, possuía duas Universidades estaduais e quando então Ministro o hoje Senador Tarso Dutra, conseguiu a federalização da Escola de Sta. Marai e outra cujo nome não me ocorre no momento.

Desde o ano passado há um processo encaminhado ao Governo Federal pelo Governo Estadual solicitando a federalização das escolas. Posso lhe dar o testemunho pessoal de que esse processo foi entregue nas mãos do Ministro Ney Braga. E, a bem da verdade, é preciso que se diga que o Ministro Ney Braga está sensibilizado para o problema. Ocorre que para toda a federalização de escola no País hoje, é necessária uma autorização especial do Presidente da República, tendo em vista os orçamentos plurianuais elaborados pela Secretaria de Planejamento da Presidência da República.

O processo se encontra nas mãos do Ministro Ney Braga e ele está plenamente cientificado dos problemas ocorridos no Estado do Paraná e desejo em auxiliar na sua solução.

Talvez o que nós paranaenses precisamos sensibilizar, seja o Ministro, o Secretário de Planejamento da União, porque, se não, poderia haver neste Estado a federalização, sem os recursos orçamentários necessários à manutenção de escolas de nível superior no Estado do Paraná.

Acredito que nestes aspectos não devemos colocar posicionamentos pessoais, ódios ou recalques pessoais, mas nos aspectos que interessam realmente à nossa gente, ao nosso Estado, MDB e ARENA devem se unir.

Como é o caso da federalização das escolas de nível superior, gostaria entretanto de fazer justiça ao Ministro Ney Braga.

Ele não é o único responsável e nem o homem que tem o poder decisório para, num passe de mágica, transformar as escolas de nível estadual.

O SR. VALTER PIETRÂNGELO — Eu agradeço a manifestação do Deputado e, evidentemente, esclareço que o que nos preocupa e, naturalmente, o procedimento dessa rede educacional superior do Paraná, com recursos do Governo do Estado e a evolução da projeção, a projeção de crescimento dessas universidades no ensino superior geral do Estado, nos fazem deduzir que alcançará nível insustentável.

Digo ao Deputado que, como paranaense, não aceito e não aceitarei jamais estas justificativas burocráticas. O Paraná representa 20 ou 25 por cento da produção nacional, e essas justifica-

tivas de gabinete absolutamente não interessam e nem comovem este Deputado.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa comunica ao nobre Deputado, que lhe restam apenas 2 minutos para a conclusão.

O SR. VALTER PIETRÂNGELO — Obrigado.

Evidentemente nos vamos analisar a árvore, pelos seus frutos - aquele que não conseguir fruto num período extenso de administração pública frente a um posto de Governo Nacional, deve ser cortado, extirpado, para que não sirva pelo menos de mau exemplo na vida pública, com menos burocracia, com mais ardor, com mais dinamismo.

O SR. EDILSON ALENCAR — V. Exa. permite um aparte?

(Assentimento).

Quero, nesta oportunidade, parabenizar o nobre Deputado Valter Pietrângelo, pelo pronunciamento que ora faz com bastante propriedade, nesta Casa.

Mas, eu gostaria, aproveitando os minutos finais do tempo que resta a V. Exa., apenas comunicar a V. Exa. como também à Casa, que nós, como membros ou como um dos membros da Comissão Parlamentar de Inquérito da Educação, requerida pelo nobre Deputado Del Ciel e que vai procurar investigar as irregularidades do Ensino no Estado do Paraná e que vai também, por outro lado, ouvir reitores e ex-Reitor da Universidade do Paraná para colher esses subsídios a respeito do ensino superior do nosso Estado. É intenção da Comissão Parlamentar de Inquérito, principalmente dos membros do MDB que compõem a referida Comissão, sugerir à Presidência da Comissão para colhermos o depoimento da Universidade de Maringá, razão pela qual é o objetivo da Comissão Parlamentar de Inquérito, investigar problemas e irregularidades atinentes ao ensino superior do nosso Estado. É apenas esta advertência e o lembrete que queria dar a V. Exa. e a esta Casa, nesta oportunidade.

O SR. VALTER PIETRÂNGELO — Obrigado.

(Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Está encerrada a hora do expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 47 Srs. Deputados.

A Mesa anuncia a presença com satisfação do Sr. João Maria de Barros, Prefeito Municipal de Campina Grande do Sul.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 104/74, de autoria do Deputado Francisco Borsari Netto, que autoriza o Poder Executivo declarar de Utilidade Pública a Fundação César Pernetta, com sede e foro nesta Capital. Parecer favorável da C.C.J. — **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 135/74, de autoria do Deputado Odilon Reinhardt, que autoriza o Poder Executivo declarar de Utilidade Pública a Sociedade Educacional Paranaense "Catequista de Queluz" e o Colégio "Catequista de Queluz", com sede e foro na cidade de Guarapuava. Parecer favorável da C.C.J., COM SUBSTITUTIVO. — **Aprovado o Substitutivo.**

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 37/75, de autoria dos Deputados José Domingos Scarpelini e Jayme Carvalho, que acresce parágrafo único que especifica, ao Artigo 94 da Lei Complementar número dois (02), (Lei Orgânica dos Municípios). Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.I.P., EM REGIME DE URGÊNCIA. — **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 78/75, de autoria do Deputado Francisco Escorsin, que declara de Utilidade Pública o Instituto Paulo VI, com sede e foro na cidade de Curitiba, Parecer favorável da C.C.J., EM REGIME DE URGÊNCIA. — **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 86/75, de autoria do Deputado Paulo Camargo, que declara de Utilidade Pública a Associação de Defesa e Educação Ambiental, de Curitiba. Parecer favorável da C.C.J. — **Aprovado.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 190/74, de autoria do Deputado Nelson Buffara, que denomina "Grupo Escolar Otalípio Pereira de Andrade" o atual Grupo Escolar de Bateias, município de Campo Largo. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.I.P. — **Aprovado, artigo por artigo.**

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 54/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 103/75, que aprova o Termo ao Convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através das Secretarias de Segurança Pública e de Viação e Obras Públicas, com o município de Santo Antonio do Caiuá, objetivando construção de prédio destinado a Delegacia de Polícia e Cadeia Pública na sede do referido município. Parecer favorável da C.C.J. — **Aprovado.**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Projeto de Resolução Nº 54/75.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º Fica aprovado o Termo Aditivo ao Convênio de 8 de março de 1974, celebrado pelo Governo do Estado, através das Secretarias de Segurança Pública e de Viação e Obras Públicas, com o município de Santo Antonio do Caiuá, objetivando a construção da sede daquele município, de prédio destinado a Delegacia de Polícia e Cadeia Pública.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 27 de agosto de 1975.

aa) ACCIOLY NETO — Presidente

EZEQUIAS LOSSO — Relator

1ª DISCUSSÃO do Projeto de Resolução nº 55/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 120/75 que aprova o Termo de Convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através das Secretarias de Saúde e Bem Estar Social e a do Interior, com o município de Barracão, objetivando a construção de prédio destinado a Unidade Sanitária na sede do referido município. Parecer favorável da C.C.J. — **Aprovado.**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Projeto de Resolução nº 55/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através das Secretarias de Saúde e Bem Estar Social e a do Interior, com o município de Barracão, objetivando a construção de prédio destinado à Unidade Sanitária, na sede do referido município.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Reuniões, em 27 de agosto de 1975.

aa) ACCIOLY NETO — Presidente

IVAN RUPPEL — Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer à Proposição nº 120/75

I — Em obediência a dispositivos constitucionais, o Sr. Governador encaminha a esta Casa, cópia autêntica do Termo do

Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através das Secretarias de Saúde e Bem Estar Social e a do Interior, com o município de Barracão visando a construção de um prédio destinado à Unidade Sanitária do referido município.

II — Conforme dispõe o artigo 47, item IX, da Constituição do Estado, celebrar convênio é de exclusiva competência do Sr. Governador, ad referendum da Assembléia Legislativa.

III — Assim sendo, oferecemos nosso parecer favorável ao plano de lei em estudo, obedecido os Termos do Projeto de Resolução em anexo.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 27 de agosto de 1975.

aa) ACCIOLY NETO — Presidente

IVAN RUPPEL — Relator

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 257/71, de autoria do Deputado Antonio Franco Ferreira da Costa Filho, que autoriza o Poder Executivo transferir ao DER, para fins de conservação e melhoria, a estrada que liga o município de Icaraíma a Ivaté. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C. — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI Nº 257/71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º — Fica o Poder Executivo autorizado a transferir à responsabilidade do Departamento de Estradas de Rodagem, para efeito de conservação e melhoria, a estrada que liga o município de Icaraíma a Ivaté, em um trecho aproximado de 20 kms.

Art. 2º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27 de outubro de 1971.

a) ANTONIO COSTA

JUSTIFICATIVA:

O desiderato da presente Lei é o de atender uma premente necessidade da próspera região dos municípios em questão. Com a melhoria desse setor rodoviário, o tráfego apresentará condições mais favoráveis para o escoamento dos produtos agrícolas daquela fértil área geográfica.

A responsabilidade estatal na conservação e melhoria da estrada deixará ainda de onerar os cofres das respectivas Prefeituras e propiciará aplicação desses recursos pelos municípios, em outros setores da administração municipal.

Assim, submetemos à apreciação dos nobres Pares com assento nesta Casa.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei nº 257/71.

O presente Projeto de Lei tem por objetivo transferir à responsabilidade do DER para efeito de conservação e melhoria, a estrada que liga o município de Icaraíma a Ivaté, num trecho aproximado de 20 Kms.

Conforme justificativa do nobre Deputado ANTONIO FRANCO FERREIRA DA COSTA FILHO, autor da Proposição o desiderato do presente Projeto de Lei, é o de atender uma premente necessidade da próspera região.

Não havendo qualquer óbice, quer de ordem legal, quer de ordem constitucional, opinamos pela sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 10 de maio de 1972.

aa) ARMANDO QUEIROZ — Presidente

ERONDY SILVÉRIO — Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS

Parecer ao Projeto de Lei nº 257/71

Tratando-se de projeto meramente autorizatório, não há

nenhum óbice na sua aprovação. O Poder Executivo, no tempo oportuno, se assim o quiser, dará os elementos financeiros para a transferência.

Somos, pois, pela aprovação.

a) ANTONIO LOPES JUNIOR — Presidente e Relator.

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTE E COMUNICAÇÃO

Parecer ao Projeto de Lei nº 257/71

I — De autoria do nobre ex-Deputado Antonio Franco Ferreira da Costa Filho, tem por objetivo o presente Projeto de Lei autorizar o Poder Executivo a transferir para a responsabilidade do Departamento de Estradas de Rodagem, para efeito de conservação e melhoria, a estrada que liga o município de Icaraíma a Ivaté, num trecho aproximado de 20 Kms.

II — À esta Comissão, não compete apreciar a matéria do ponto de vista legal, mas de sua oportunidade, face ao interesse coletivo.

III — Evidentemente, a justificativa feita ao projeto pelo autor, torna relevante a providência e, por essa razão somos pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 11 de agosto de 1975.

a) LINEU TURRA — Presidente e Relator.

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado José Domingos Scarpelini, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Domingos Mareze, ocorrido em Apucarana. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Aguinaldo Pereira Lima, constante do Expediente, solicitando Regime de Urgência ao Projeto de Lei nº 48/75.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado David Federmann, solicitando voto de louvor ao General Luiz Gonzaga Pereira da Cunha, Comandante da 5ª Brigada de Infantaria Blindada, e recentemente nomeado para as altas funções de Sub Chefe do Estado Maior do Exército, pela sua brilhante atuação à frente daquela unidade militar e, solicitando ainda, a transcrição nos Anais da Casa do artigo publicado no "Jornal da Manhã", sobre a personalidade marcante do ilustre militar. — **Aprovado. (O artigo a ser publicado acha-se no final desta Ata).**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Hélio Manfrinato, constante do expediente, solicitando voto de congratulações a "Tribuna de Cianorte", pela comemoração do seu 10º aniversário de fundação. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gabriel Sampaio, constante do expediente, solicitando seja encaminhado pedido de informações ao Sr. Governador do Estado, através do órgão competente da administração do Estado, do montante recebido pelo Estado do Paraná, durante o ano em curso, e nos anos anteriores, da verba proveniente da Loteria Esportiva. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivo Thomazoni, constante do expediente, solicitando a transcrição nos Anais da Casa, do pronunciamento do Sr. Presidente da República, dirigido aos convencionais da Arena e ao povo brasileiro, por ocasião do encerramento da Convenção Nacional do Partido, dia 21 último em Brasília. — **Aprovado. (O pronunciamento acha-se publicado no final desta Ata).**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, constante do expediente, solicitando seja encaminhado pedido de informações às Universidades Estaduais de Londrina e Ponta Grossa, através da Secretaria de Educação e Cultura, referente ao orçamento financeiro. — **Em discussão.**

O SR. GILBERTO CARVALHO — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Fica transferida a discussão para a sessão de amanhã.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Alfredo Gulin, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário de Segurança Pública, no sentido de que seja determinado a colocação de tartarugas em diversas ruas que cruzam as vias expressas. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Werner Wanderer, constante do expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Secretário de Segurança Pública, reivindicando a construção de prédio para abrigar a Delegacia de Polícia do município de Santa Helena. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Werner Wanderer, constante do expediente, solicitando seja oficiado aos Srs. Secretário de Educação e Cultura e ao Superintendente da FUNDEPAR, reivindicando a construção de 10 salas de aula na sede do município de Santa Helena. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lúcio Machado, lido da tribuna, seja encaminhada sugestão ao Sr. Governador do Estado, no sentido de que sejam construídas quatro salas de aula anexas ao Ginásio Estadual de Monte Real. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Jayme Rodriquer Carvalho, constante do expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Secretário de Segurança Pública, tendo em vista aos últimos tumultos havidos no município de Guaraniaçu, no sentido de que seja reforçado o policiamento. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, constante do expediente, solicitando seja encaminhado apelo ao Sr. Presidente da República, no sentido de que determine ao Ministério da Educação e Cultura, o imediato processamento das documentações visando a federalização das Universidades de Maringá, Londrina e Ponta Grossa. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Diretor do IBC (Regional do Paraná), solicitando informações sobre a existência ou não de dispositivos que obriguem a utilização de moto-serras nas operações de decape dos cafeeiros atingidos pelas últimas geadas, para efeito de financiamentos bancários. — **Aprovado.**

O SR. PRESIDENTE — Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 24, quarta-feira, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 190/74.

2ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução nºs 54/75, 55/75 e do Projeto de Lei nº 257/71.

1ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução nºs 56/75, 57/75 e dos Projetos de Lei nºs 22/75, 48/75 e 74/75.

Levanta-se a sessão.

MATERIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO DAVID FEDERMANN, EM SESSÃO DO DIA 23 DE SETEMBRO DE 1975.

"GENERAL LUIZ GONZAGA

Thiago Gomes de Oliveira (Do Centro Cultural Euclides da Cunha).

Conforme noticiaram os jornais, por Decreto do Exmo. Sr. Presidente da República, vem de ser designado para Sub Chefe do Estado Maior do Exército o ínclito General Luiz Gonzaga Pereira da Cunha, Comandante da 5ª Brigada de Infantaria Blindada, com sede em Ponta Grossa, tendo sido nomeado um outro Chefe Militar de igual Posto para substituir-o na vasta

área que abrange a sua jurisdição de Comando, na pessoa do Sr. General Paulo Campos Paiva.

O Gal. Luiz Gonzaga, militar austero e possuidor de grandes atributos culturais, morais e cívicos, sensível por vocação aos mais agudos e graves problemas nacionais, durante longo tempo, contribuiu com sua energia, com seu civismo acendrado, com sua personalidade e com seu trabalho para o soerguimento da comunidade, a segurança e a tranquilidade da família paranaense, a fim de que os vários municípios beneficiados e abrangidos pela sua área de Comando e no Paraná, pudessem trabalhar, desenvolver-se e prosperar à égide da tranquilidade e segurança.

Não vamos dizer à sua passagem mas, à sua permanência em nossa cidade, quer no Comando do glorioso 13.º BIB, no posto de Coronel, de onde fora designado adido Militar na França ou Comandante da dinâmica e atuante 5ª BIB, no seu retorno a esta cidade, deixou marcas indeléveis do seu trabalho, de sua energia e dignidade como militar e cidadão, avultando-se o seu perfil. No seu complexo e responsável âmbito de ação, procurou, de maneira varonil e perpendicular, cumprir os seus deveres de CHEFE MILITAR com todas as letras maiúsculas, fazendo-se credor do respeito, da amizade e admiração de todos os seus concidadãos, inspirando confiança e contribuindo, de maneira isenta e elevada, para o bem estar comum.

Foi no seu Comando no 13.º BIB que se ergueram as bonitas e confortáveis habitações das áreas defronte e laterais do Quartel, aformoseando parte da Av. Carlos Cavalcanti, com tais edificações, que dantes oferecia pouca expressão aos olhos dos visitantes.

Além do mencionado embelezamento daquela via pública merece ser citada a parte útil e específica à que se destinam as casas ali construídas. E não é só. A guisa de honra ao mérito, por outro lado no Jardim América, um conjunto residencial recebeu o seu nome ilustre e respeitável.

Como se vê, de maneira sóbria e respeitosa, tem sido um amigo da cidade, de todas as horas, numa eterna vigilância no sentido de servi-la e ao seu povo, com decoro e dignidade, sem tergiversação no cumprimento de seu dever e sem hiato em suas atribuições de Chefe Militar.

Ao ser designado, agora, para outra missão de grande responsabilidade, irá para Brasília servir ao lado de outro grande Chefe Militar, que é o Gal. Silvio Frota, Ministro do Exército, grande Soldado que tem consagrado toda sua vida ao serviço da Pátria e que à sua semelhança, de maneira intrépida e consciente serve ao Brasil com todas as vernas do coração e da alma. Conheço de perto o Gal. Frota, com quem servi na Cavalaria, como igualmente admiro o Gal. Luiz Gonzaga que vai deixar muitas realizações em Ponta Grossa, muita saudade e muitos amigos, porém inspirado na Providência, lá como cá, continuará de maneira inusitada, dando tudo de si, servindo ao nosso querido Brasil com devoção, civismo, entusiasmo e com o seu caráter ilibado de homem íntegro e de bem.

Boa viagem, Sr. General e Breve regresso ao nosso futuroso Paraná, à nossa altiva Princesa dos Campos, que Deus o acompanhe ao lado de sua Exma. Família, sob as bênçãos da SENHORA SANTANA, a excelsa Padroeira da cidade a que o Senhor serviu com amor e patriotismo, numa afirmação maior dos postulados que norteiam a Revolução Democrática e irreversível de 1964, que trouxe, em bojo o dealbar de uma nova era ao Brasil.

Ao eminente euclidiano que tanto contribuiu para ajudar a construir o progresso de Ponta Grossa, o Centro Cultural "Euclides da Cunha" na pessoa de outro euclidiano, rendo de maneira altiva e consciente e justa, o seu preito de gratidão desejando completo êxito nas novas atribuições que, honradamente, irá assumir em Brasília".

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. IVO THOMAZONI, EM SESSÃO DO DIA 23 DE SETEMBRO DE 1975. —

"O DISCURSO DE GEISEL NA ARENA

"Farei apurar as irregularidades que, fundamentalmente, chegaram a meu conhecimento, promovendo, junto à Justiça, o julgamento dos culpados, e aplicando-lhes, a estes, sanções excepcionais, sempre que for imprescindível", afirmou o presidente Ernesto Geisel em seu discurso na VI Convenção da Arena, durante o qual abordou os esforços do Governo revolucionário em investigar a corrupção — "diatese comum dos organismos sociais e que se manifesta com virulência nos períodos de tensão acrescida".

O presidente disse, entretanto, que "é de se esperar que nosso arcaico mecanismo judiciário, reconhecidamente lento e ineficaz às chicanas e procrastinações, se venha a aperfeiçoar finalmente, com a colaboração dos três poderes da República, para que se implante o tipo de sanções adequadas a tais crimes, evitando-se o recurso — embora com aplauso generalizado das pessoas de bem deste País, as medidas de exceção, únicas eficazes, na verdade por mais que em si mesma lamentáveis".

Meus correligionários da Aliança Renovadora Nacional: É com real e efetivo senso de participação que, na qualidade de presidente de Honra do partido, compareço à esta VI Convenção da Aliança Renovadora Nacional, ao ensejo de seu encerramento.

A par dos agradecimentos pela manifestação de apreço com que aqui me recebestes, eu vos saúdo, senhores convencionais e a todos os filiados e eleitores do partido, do Norte ao Sul do País que ora representais:

Que minhas palavras — de estímulo, renovado, de ardor e de fé se não hauridas de experimentada vivência na política partidária, pois não a tive de fato, sejam inspiradas pela visão panorâmica e prospectiva, ampla e bem informada, que se me oferece desde o alto cargo que ocupo.

Que esta reunião se constitua em marco memorável da vida partidária entre nós, no quadro democrático das instituições políticas brasileiras, assinalando, indelevelmente, a vitalidade do partido do governo, partido que, propondo-se a promover e impulsionar a própria renovação nacional, deve cuidar, primordialmente e em permanência, de renovar-se a si mesmo, os seus métodos e as suas práticas, seus líderes e seus quadros e, sobretudo, seu plano de ação partidária e seu ideário político.

A Convenção — órgão supremo de deliberação partidária — vem de eleger os membros do Diretório Nacional que deverá supervisionar a vida do partido, desde agora e durante dois anos, e, bem assim, de constituir ao Conselho Consultivo, o Conselho Fiscal e o Conselho de Ética.

Congratulo-me com os eleitos e, particularmente, com o ilustres presidente, deputado Francelino Pereira, e auguro-lhes pleno êxito na honrosa missão que ora iniciam qual a de assegurar o progressivo engrandecimento do Partido e a continuidade de sua profícua atuação na política nacional.

Aos correligionários dirigentes que acabam de concluir seus mandatos, agradeço os relevantes serviços que prestaram.

Em caráter pessoal, realço a cooperação operosa, leal e inteligente, que recebi do Exmo. Sr. Senador Petrônio Portella, na presidência da Arena, desde o início de meu governo.

Outra tarefa de excepcional importância realizada pela convenção, em decorrência da "Carta de Princípios", de abril de 1972, onde se contém normas do pensamento político-doutrinário, foi a elaboração do "Programa do Partido".

Resultou de projeto lançado pelo Diretório Nacional em 31 de março último, oportunidade em que sobre ele me manifestei, dizendo:

"Espero que este projeto seja debatido, emendado e aperfeiçoado; que se inspire na ideologia da revolução — de segurança e de desenvolvimento integrado; que seja realista; que atenda, sobretudo às condições atuais internas de nosso País e à sua posição relativa na conjuntura mundial; acredito que a Aliança

Renovadora, com esse programa, se reavivará, lutará, desde logo crescendo, reforçando-se, arregimentando forças novas adquirindo maior coesão, não só para sustentar e apoiar o governo na sua ação governamental, mas para assegurar a continuidade dessa ação que se realiza desde 1964".

Longo foi o caminho percorrido para se chegar a esta formulação dos objetivos da política partidária.

Convém recordar que a revolução de 1964, foi em seu início, um movimento impetuoso de repúdio, pela maioria esmagadora do povo, às práticas subversivas e corruptas que, conjugadas, aquelas estimulando a estas e delas se valendo, ameaçavam a Nação da derrocada e do caos. Era natural, pois, que se desse relevo máximo ao combate premente contra a subversão e a luta ferrenha contra a corrupção, avassaladora.

Tais procedimentos, de natureza tática, estavam inseridos numa estratégia, ainda muito difusa, de revitalização democrática, do fortalecimento do potencial nacional e da melhora do padrão de vida de uma população realmente esquecida, até então, pelas classes dirigentes. Assim, aquelas táticas, em real vazio estratégico, fizeram-se dominantes e conduziram-se sem uma direção definida, sem objetivos bem determinados.

Anos passariam até que, aos poucos, a revolução fosse, como caudal irresistível, cavando fundo o seu caminho e construindo, com seu futuro próprio, o próprio futuro da Nação.

Deve reconhecer-se que, nesses anos, muitos e valiosos esforços se despenderam nas investigações de toda ordem empreendidas contra a corrupção, para chegar-se, afinal, a reduzido número de atos comprovadamente lesivos, sendo evidente hoje que escaparam a repressão legal, por falta de provas efetivas de valor jurídico, muitos dilapidadores de haveres públicos, premiados até com um atestado, embora falso, de probidade administrativa.

A verdade, triste verdade, imanente à imperfeição da condição humana, é que a corrupção é diatese comum dos organismos sociais e que se manifesta com virulência maior nos períodos de tensão acrescida, como, por exemplo, os de inflação descontrolada, ou de hiperinflação, sem esperança de remissão e a curto prazo o seu controle.

Em situações como essas — e não há país que as tenha conhecido — um tratamento eficaz da corrupção exige austeridade exemplar dos governantes, ativa, vigilância em todos os níveis de administração pública, pronta punição dos responsáveis em todos os casos em que a corrupção for evidenciada.

É de se esperar que nosso arcaico mecanismo judiciário, reconhecidamente lento e ineficaz às chicanas e procrastinações, se venha a aperfeiçoar finalmente, com a colaboração dos três poderes da República, para que se implante o tipo de sanções adequadas a tais crimes, evitando-se o recurso embora com aplauso generalizado das pessoas de bem deste país — a medidas de exceção, únicas eficazes na verdade, por mais que em si mesmas lamentáveis.

De minha parte cumprirei o meu dever, sem me deixar impressionar, entretanto, pela campanha alarmista e de desígnios suspeitos, sobre corrupção, desencadeada ultimamente.

Farei apurar as irregularidades que, fundamentadamente, chegarem a meu conhecimento, promovendo, junto à justiça, o julgamento dos culpados e aplicando-lhes, a estes, sanções excepcionais, sempre que for imprescindível. Não duvido de alcançar, assim, aos indivíduos realmente culpados, sem atingir, de forma alguma, a probidade administrativa dos governos revolucionários, padrão de dignidade de honra a mim transmitido pelo meu ilustre antecessor, o eminente presidente Emílio Médici.

Quanto à luta anti-subversiva, com todas as suas tragédias, inegáveis são os resultados efetivamente alcançados, à custa de uma ação tenaz e vigorosa e até mesmo de sacrifícios cruentos de elementos responsáveis pela segurança interna do País, ao longo dos últimos anos.

O adversário, entretanto, embora neutralizado, não foi destruído.

É continuamente realimentado, inclusive com meios vindos do Exterior e com a utilização de insidiosa propaganda e, assim, continua em atividade, exigindo que se lhe anteponha persistente ação preventiva e mesmo repressiva, para manter-se o clima de ordem e trabalho indispensável ao nosso desenvolvimento.

A concepção inicial da revolução, traduzida nessa atitude tácita — contra a corrupção e contra a subversão — e executada no quadro que venho de descrever, foi, progressivamente, absorvida por uma doutrina mais construtiva, de nível estratégico, expresso no lema "desenvolvimento e segurança" e que, verdadeiramente, tem norteado a ação dos nossos governos revolucionários.

Tal doutrina, exposta detalhadamente em várias oportunidades, principalmente em meu discurso como candidato à presidência da República, perante a convenção do partido, em 15 de novembro de 1973, e na exposição que fiz aos ministros de Estado, na 1ª Reunião Ministerial, em 19 de março de 1974, está fielmente consubstanciada no II PND, aprovado pelo Congresso Nacional.

O programa partidário ao qual a convenção dedicou grande parte de seus esforços, como um passo a mais, agigantado, no sentido da elaboração da obra de tão alto significado, proclama, que a realização da democracia tem por fim a construção de uma sociedade livre, justa, soberana e progressista.

Em decorrência, estabelece como grandes objetivos nacionais: a realização da democracia representativa e sua modernização institucional.

O desenvolvimento econômico e a transformação social:

Que propiciem a paz social;

A soberania nacional;

A integração nacional.

Tudo dentro de um quadro de segurança interna e externa e da busca da consecução do bem comum.

Incorpora a essência da doutrina preconizada e, assim, consagra, efetivamente, a identidade ideológica que vincula o partido renovador, e o governo, um ao outro, sob a égide da revolução.

Com o programa e a renovação normal dos quadros dirigentes, nos diferentes níveis — municipal, estadual e nacional — e, ainda com o valioso assessoramento em pesquisas e estudos políticos da "Fundação Milton Campos" recentemente constituída, cabe agora ativar, intensivamente e em caráter permanente, a ação partidária, seja para o revigoramento do partido, seja para desenvolver o necessário entrosamento com o governo.

Impõem-se, desde logo, que se calem dissensões, e se aplainem divergências que nem poderiam, umas e outras, deixar de surgir num partido no poder e de ampla base majoritária.

Imperativo da hora presente é que se saiba e queira honestamente sacrificar interesses, vaidades e paixões individuais ou facciosas, em benefício da unidade do conjunto e do fortalecimento sempre crescente da organização partidária. Assim, poder-se-á, de fato, multiplicar e potencializar nossa capacidade de mobilização de eleitorado, não apenas com vistas aos prélios das urnas, mas ainda, persistentemente e continuamente, em apoio às teses e proposições que ao partido cumpre defender com galhardia e desassombro, em prol do desenvolvimento da vida democrática, do bem-estar de nosso povo e de um futuro cada vez mais radioso, do Brasil...

Somente com um sólido e alevantado ideário, coerente e inspirador, como é o programa do partido, será este capaz de assegurar firme unidade de propósitos, superando os inevitáveis, e até mesmo benéficos — se contidos em limites justos cheques de tendências diversas, disputadas de liderança e oposição de interesses divergentes.

E, por outro lado, difundindo-o, proclamando-o, expli-

cando-o, conseguirá o partido assegurar o apoio da maioria do eleitorado.

Tanto mais quando se trata de um partido que é governo, de um partido que não promete apenas, como qualquer grupo de demagogos vulgares pode fazê-lo, mas de um partido que à altura da responsabilidade que lhe cabe, vem, muito ao contrário, cumprindo um indiscutível elenco de realizações de culto em todos os setores da vida nacional, inclusive — e com vigor maior, após haver superado o país o grave período de estagnação e de miséria que a revolução herdou — inclusive, repito, no campo da justiça social, ampliando-a, aos poucos, a todo o espaço nacional e a todos os estratos da sociedade brasileira.

O programa da Aliança Renovadora Nacional é também um compromisso entre correligionários e, ainda, um compromisso formal para com o povo; mas, é sobretudo, um compromisso com o futuro da Nação, um plano-mestre em que se deverão enquadrar os planos quinquenais de desenvolvimento.

E, mais especificamente, um compromisso com a numerosa plêiade de jovens que aí aguardam, nos bancos escolares e no aprendizado profissional, a sua hora de participar da vida política do País, amoldando-a às aspirações novas de sua geração.

É a essa juventude que devemos poder e saber e querer apresnetar alternativas válidas e bem delineadas para esse duro combate que é a vida de um povo, com vistas à conciliação da ordem com o progresso, de desenvolvimento máximo com a segurança indispensável, da amplitude mais liberal de franquias individuais, com o grau irredutível de responsabilidade para com a Nação em seu conjunto, responsabilidade esta — ônus implícito da participação na vida democrática.

Aí está a essência de toda a problemática política que a cada povo lhe cumpre, em cada fase de sua história, solucionar de acordo com suas características próprias, as tradições de seu passado e suas aspirações de um futuro melhor, no panorama internacional, realista em que se encontra inserido — o eterno

conflito potencial entre o indivíduo e o Estado.

Meus companheiros de partido: De vós espero tenacidade e clarividência na reorganização partidária que se impõe fazer desde as bases municipais, tanto na estrutura, como nos métodos de ação, dentro do quadro ideológico programado.

Eu vós confio para as árduas campanhas de mobilização de eleitorado numeroso, disperso sobre território imenso, campanhas que já se avizinham. Estou certo de que sabereis dar nas urnas, cabal e irretorquível resposta às meias verdades negativistas que se propalam sobre a crise que o partido atravessaria; à técnica sédica da afirmação gratuita de vitórias da oposição, tidas como seguras; à crítica fácil, parcial e irresponsável; às provocações de toda ordem, que deverão receber, na hora devida, réplica merecida.

Em 1974, num pleito eleitoral de reconhecida liberdade e lisura, a que compareceu número nunca visto de eleitores, a Aliança Renovadora Nacional conquistou maioria absoluta na votação proporcional que é a verdadeira votação de legenda.

Já em 1975, a Aliança Renovadora lidera amplamente as filiações partidárias em todo o País, com quatro vezes o total de eleitores que o adversário inscrever, conseguiu.

O que serão, para nosso partido, os embates de 76 e 78, com o valioso apoio que espera merecer do povo, e, também, todo o apoio que o governo da União e os governos da totalidade dos Estados, principalmente pelas suas realizações, não lhe recatearão — dentro, sempre, das tradicionais e legítimas regras de boa moral político-partidária — é o que veremos no momento oportuno, para desmascaramento e vexame dos falsos profetas de encomenda.

Para isso, que não nos faltem união de esforços, unidade de propósitos, coesão sólida no pensamento e na ação, tudo em benefício maior de todo o povo da nossa terra que pode e deve confiar no governo e pode e deve também confiar no partido do governo — a Aliança Renovadora Nacional”.